

**LETÍCIA LAZZAROTTO**

**O IMPACTO DO MERCOSUL NA ECONOMIA EXTERNA BRASILEIRA**

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do curso de Ciências Econômicas, do setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Paulo Mello Garcias

**CURITIBA**  
**2003**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter iluminado meu caminho acadêmico durante esta caminhada.

Agradeço a todas as pessoas que contribuíram para a realização desse estudo, em especial a minha família que sempre me apoiaram e me encorajaram nas maiores dificuldades encontradas nesse caminho.

Agradecimento ao professor Paulo Mello Garcias que orientou essa pesquisa e me propiciou ensinamentos fundamentais sem os quais a conclusão deste trabalho seria mais difícil, pois transmitiu toda experiência e seu vasto conhecimento.

E a todos aqueles que sempre acreditaram em minha capacidade nesta pesquisa de graduação.

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS .....	vii
RESUMO.....	viii
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>01</b>
1.1 APRESENTAÇÃO.....	01
1.2 OBJETIVOS .....	02
1.2.1 OBJETIVO GERAL .....	02
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	02
<b>1.3 JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>02</b>
<b>1.4 METODOLOGIA.....</b>	<b>03</b>
REVISÃO DE LITERATURA.....	06
<b>2 CRIAÇÃO DO GATT E DA OMC .....</b>	<b>06</b>
2.1 HISTÓRICO DO GATT .....	06
2.2 PRINCÍPIOS DO GATT .....	06
2.3 HISTÓRICO DA OMC .....	07
2.3.1 Funções da OMC .....	08
2.3.2 Principais princípios da OMC .....	08
2.4 ADESÃO DE NOVOS PAÍSES À ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO .....	09
<b>3 INTEGRAÇÃO ECONÔMICA .....</b>	<b>11</b>
3.1 INÍCIO DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA .....	11
3.2 AS PRINCIPAIS FORMAS DE INTEGRAÇÃO DE MERCADO .....	11
3.3 EVOLUÇÃO DA INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL .....	13
3.3.1 Histórico da integração econômica na América do Sul .....	13
3.3.2 A questão aduaneira da integração .....	14
3.3.3 Consolidação de integração econômica e financeira .....	15
<b>4 MERCOSUL .....</b>	<b>16</b>
4.1 ESTRUTURA DO MERCOSUL .....	18
4.2 A POLÍTICA TARIFÁRIA NO BRASIL .....	19
4.3 POLITICAS DO MERCOSUL.....	20
4.4 O BRASIL E O MERCOSUL .....	22

4.4.1 O comercio brasileiro no mercosul e no mundo .....	22
4.4.2 Crescimento e fortalecimento do comércio no Mercosul .....	29
4.4.3 Principais produtos de exportação brasileiros, análise por países do Mercosul.....	31
4.4.3.1 Argentina .....	31
4.4.3.2 Uruguai .....	34
4.4.3.3 Paraguai .....	36
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>39</b>
<b>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>42</b>

## LISTA DE TABELAS

TABELA 01: PRINCIPAIS MERCADOS COMPRADORES POR BLOCOS COMERCIAIS (US\$ MILHÕES FOB) .....	22
TABELA 02: TOTAIS ANUAIS DAS EXPORTAÇÕES PARA BLOCOS ECONOMICOS E CRESCIMENTOS ANUAIS (US\$ MILHÕES FOB).....	23
TABELA 03: VALOR FOB DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA OS PAÍSES DO MERCOSUL.....	24
TABELA 04: TOTAL ANUAIS DAS EXPORTAÇÕES PARA O MERCOSUL E CRESCIMENTOS ANUAIS (US\$ MILHÕES FOB).....	25
TABELA 05: VALOR FOB DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR BLOCOS ECONOMICOS DE DESTINO ( US\$ MILHÕES FOB)	26
TABELA 06: TOTAIS DAS IMPORTAÇÕES DOS BLOCOS ECONOMICOS E CRESCIMENTOS ANUAIS (US\$ MILHÕES FOB).....	27
TABELA 07: VALOR FOB DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DOS PAÍSES DO MERCOSUL.....	28
TABELA 08: TOTAIS ANUAIS DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DO MERCOSUL E CRESCIMENTOS ANUAIS (US\$ MILHOES)...	28
TABELA 09: PRODUTOS EXPORTADOS PARA A ARGENTINA DE 1990 A 2000 E RESPECTIVOS CRESCIMENTOS (VALOR FOB)....	32
TABELA 10: PRODUTOS IMPORTADOS DA ARGENTINA DE 1990 A 2000 E RESPECTIVOS CRESCIMENTOS (VALOR FOB).....	33
TABELA 11: PRODUTOS EXPORTADOS PARA O URUGUAI DE 1990 A 2000 E RESPECTIVOS CRESCIMENTOS (VALOR FOB).....	34
TABELA 12: PRODUTOS IMPORTADOS DO URUGUAI DE 1990 A 2000 E RESPECTIVOS CRESCIMENTOS (VALOR FOB).....	35
TABELA 13: PRODUTOS EXPORTADOS PARA O PARAGUAI DE 1990 A 2000 E RESPECTIVOS CRESCIMENTOS (VALOR FOB)...	36
TABELA 14: PRODUTOS IMPORTADOS DO PARAGUAI DE 1990 A 2000 E RESPECTIVOS CRESCIMENTOS (VALOR FOB).....	37

## RESUMO

Este trabalho procura analisar o impacto da integração do Mercosul na economia brasileira a partir da década de 90. A revisão de literatura mostra a criação do GATT e da OMC, bem como suas funções e princípios. É realizado um estudo das principais formas de integração e do início deste processo na América Latina. Posteriormente serão analisado os resultados da abertura comercial no Brasil com a implementação do Mercosul, uma vez que procuraremos analisar o impacto nas exportações e importações brasileiras e a importância deste bloco para os outros países que o constituem. Assim, este estudo busca mostrar as relações da economia brasileira com os países que participam do Mercosul e com os outros blocos econômicos existentes.

# INTRODUÇÃO

## 1.1 APRESENTAÇÃO

A década de 90 foi o palco de mudanças significativas no comércio exterior brasileiro. Uma das características mais importantes da evolução da economia internacional é a formação de blocos econômicos que marcaram as relações políticas e econômicas entre os países.

Desde 1960, a América Latina já apresentava sinais de intenção em construir um mercado mais aberto. Sua primeira tentativa foi a criação da ALALC- Associação Latino Americana de Livre Comercio- que mais tarde veio a ser substituída pela ALADI- Associação Latino Americana de Integração.

Com o passar dos anos, a necessidade de uma maior integração foi aumentando e a partir de 1990 iniciou um processo de liberalização comercial impulsionado pelo Brasil e Argentina. Mais tarde, Uruguai e Paraguai passaram a se integrar no início dessa regionalização, dando origem ao Mercado Comum do Sul.

O Mercosul tornou-se inevitável diante da nova realidade internacional que era marcada pela formação de blocos econômicos, visto que outros países também estavam se aliando em outros blocos.

É com base nessa visão que o trabalho pretende contribuir como elemento de informação para procurar demonstrar a evolução do comércio internacional do Brasil. Assim, o mesmo se divide em 3 partes:

Na primeira parte deste trabalho será apresentado um breve histórico sobre a regulamentação do comércio internacional. Para tanto, será abordada a criação de organismos multilaterais, como o GATT e a OMC, bem como seus objetivos e princípios.

Na segunda parte, será apresentado o início da integração econômica na América Latina, abordando suas principais fases e a evolução da integração na América do Sul.

Na terceira parte, será focalizado o Mercosul, abrangendo as tentativas preliminares para sua implantação, a sua estrutura institucional e a introdução de uma tarifa externa comum, a TEC, um dos objetivos deste bloco econômico. Por fim, será analisada a evolução do comércio entre o Brasil e os parceiros comerciais do

Mercosul.

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 OBJETIVO GERAL

- O objetivo Geral deste trabalho é realizar um estudo dos efeitos do Mercosul no movimento do comércio exterior do Brasil, seja nas exportações como nas importações, durante a década de 90 até 2003.

### 1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar a evolução e o desenvolvimento da integração econômica do Brasil como os países pertencentes ao Mercosul, apontando as épocas de maior movimentação;
- Analisar a influência das políticas do Mercosul e do comércio exterior do Brasil, apontando seus reflexos sobre exportações e importações brasileiras;
- Identificar a evolução do comércio do Brasil, em termos de exportações e importações, com os países do Mercosul, procurando identificar as principais transformações que ocorreram na comercialização dos principais produtos;
- Apontar, identificar e avaliar os aspectos mais importantes no comércio do Brasil com os países do Mercosul, com a finalidade de estudar o impacto que esse bloco teve no comércio exterior brasileiro.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

A década de 90 foi marcada por mudanças significativas no comércio internacional. Tal período caracterizou-se por um profundo processo de abertura econômica e comercial. Os países começaram a ter vínculos mais fortes e passaram a ser interligados em um novo contexto mundial. O modelo político e econômico das décadas passadas desapareceu e um novo modelo entra para a história: os países estão se agrupando em blocos. A nova tendência está marcada

pelos acordos regionais de integração procurando obter benefícios através do aumento da sua disponibilidade de produtos. A interdependência entre as nações tem aumentado ao longo dos últimos anos.

A inserção no Brasil no Mercosul modifica suas relações comerciais. Nesse contexto, é importante verificar o impacto dessas mudanças na estrutura das exportações e importações dentro desse período. O aumento das transações comerciais afetou diretamente essas variáveis, devido às vantagens da integração econômica, pois as barreiras são eliminadas entre os países membros do bloco, o que conseqüentemente beneficia os consumidores, devido a maior variedade de produtos disponíveis.

Por fim, como base de comparação, o Brasil é o maior país pertencente ao bloco. Possui uma área de 8.547.403,5 Km<sup>2</sup>, contra 2.780,092 Km<sup>2</sup> da Argentina, 406.752 do Paraguai e 176.215 Km<sup>2</sup> do Uruguai. Assim, possui também uma maior população, correspondendo a 164 milhões, contra 36,6 milhões da Argentina, 5,4 milhões do Paraguai e 3,3 milhões do Uruguai. Assim, justifica sua maior produção e diversificação.

Essa análise se justifica, portanto no sentido de identificar qual foi realmente o impacto da abertura comercial, mais especificadamente, com a criação do Mercosul para a economia brasileira. Sendo assim, o presente estudo visa buscar um conjunto de referências que permitam conhecer um pouco mais as transformações que ocorreram no comércio exterior Brasileiro a partir da década de 90.

#### 1.4 METODOLOGIA

A metodologia apresenta dois níveis de abordagem. No primeiro é desenvolvida uma pesquisa bibliográfica em que se discute o processo de organização de relações econômicas entre os países, com vistas a estabelecer regras de caráter geral para o comércio entre países. Nesse aspecto exercem papel de destaque o GATT e a OMC. Dentro desse contexto discute-se a formação dos blocos econômicos regionais em que se insere a criação do Mercosul.

A análise histórica constitui sempre uma ferramenta concreta e eficaz de

análise da evolução e aperfeiçoamento dos processos e das transformações que ocorreram numa sociedade. No caso da política do comércio externo, a pesquisa da retrospectiva histórica mostra os caminhos que foram seguidos e alerta para experiências negativas a serem evitadas no futuro e as positivas que devem ser absorvidas.

A globalização e a formação de blocos regionais vêm sendo uma das principais causas das profundas modificações no cenário internacional. Portanto, num segundo nível é estudada a evolução externa do Brasil tendo em vista a criação do Mercosul, pois o Brasil não deve viver isolado dessas transformações. Conforme explícito nos objetivos, este trabalho procura analisar o impacto do mercosul nas relações do comércio exterior do Brasil. Assim, trata-se da análise do comportamento das exportações e importações. Para o desenvolvimento desse trabalho, faz-se necessária a conceituação dessas principais variáveis envolvidas no estudo.

Exportação é a transferência da produção de um país para o outro através de venda. Essa venda pode ser direta, ou seja, quando um produtor vende diretamente ao revendedor ou consumidor em outro país, ou indireta, isto é, quando um produtor vende a sua produção a uma instituição dentro de seu país que irá revender a mesma no país de destino.

Quanto à importação, pode-se definir como a entrada de mercadorias e serviços estrangeiros em um país.

No meu presente estudo, essas variáveis serão medidas em valor dólar FOB que significa "posto a bordo", seguida da indicação do porto de embarque. Segundo Sandroni, o exportador coloca a mercadoria a bordo do navio designado no contrato de venda, e não possui responsabilidade mais sobre a mesma a partir desse momento. Assim, valores como custo de seguros e dos fretes não estão inclusos.

Além disso, para a realização desse trabalho, serão calculados alguns indicadores, como o índice da evolução das exportações e importações brasileiras no mercado mundial e no mercado intra-mercossul, bem como seu índice de participação percentual e seu crescimento anual. Será analisada também a composição das exportações e importações, enfatizando os principais produtos exportados e importados entre os países do Mercosul, além da comparação do comércio do Brasil com o Mercosul em comparação com o comércio total.

A análise do movimento de comércio será desenvolvida juntamente com as políticas adotadas no período no âmbito do Mercosul e as políticas externas do Brasil, particularmente as voltadas para o Mercosul.

## REVISÃO DA LITERATURA

### 2 CRIAÇÃO DO GATT E DA OMC

#### 2.1 HISTÓRICO DO GATT

Após a Segunda Guerra Mundial, a economia mundial passou por profundas modificações e vários países decidiram regular as relações econômicas internacionais, pois entendiam que os conflitos entre as nações apenas prejudicariam seu comércio mundial. Por isso se fez necessário à criação de um sistema que regulasse o comércio internacional.

Em decorrência da depressão de 1929, os governos buscavam proteger seus mercados, adotando barreiras comerciais visando sua maior proteção, abandonando os princípios do liberalismo econômico, fato que agravou ainda mais a crise.

Tendo em vista este novo quadro econômico mundial, em outubro de 1947, foi assinado em Genebra o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), que buscava estabelecer negociações tarifárias multilaterais impondo normas ao comércio internacional. Assim o GATT procurava propiciar a redução dos obstáculos ao comércio entre os países. De acordo com RATTI (1997) o GATT não era um organismo internacional como o FMI ou o BIRD, mas sim um Acordo, do qual faziam parte os países interessados, denominados Partes Contratantes. Os países que assim se uniram, buscaram combater o protecionismo que reinava no período após a depressão.

Conforme dito anteriormente, o GATT possui como meta à eliminação de tarifas ou outras entraves que impediam e dificultavam o comércio entre as nações.

#### 2.2 PRINCÍPIOS DO GATT

O GATT tinha como princípios:

- Cláusula da nação mais favorecida - é um princípio não discriminatório, pela qual, os países estendem a seus parceiros comerciais privilégios ou reduções tarifárias recíprocas, isto é, quando um país membro concede a redução tarifária a outro parceiro comercial, obrigatoriamente terá que conceder aos

demais países membros a mesma redução. Portanto, ele proíbe a discriminação entre as nações que são membros do acordo geral.

- Cláusula de eliminação das restrições às importações para países com problemas no balanço de pagamentos, exceto para produtos agrícolas.
- As disputas e conflitos entre as nações devem ser solucionados através de consultas e criação de painéis.
- A questão da concorrência leal, não permitindo práticas como o dumping ou qualquer outra prática desleal.

Segundo FRANCISCO DE ASSIS GRIECO (1994), o Brasil atuou em todas as negociações do GATT, sempre visando à liberalização do comércio internacional, através da remoção dos obstáculos ao comércio e pela eliminação de barreiras não tarifárias sobre seus produtos agrícolas e industrializados.

De acordo com RATTI (1997), O GATT admitia subsídios às exportações como forma de incentivá-las, desde que não prejudicasse os setores produtivos de outros países membros. Vale ainda afirmar, que um país associado poderia usar direitos anti-dumping como defesa a prática do dumping, caso o outro país viesse a praticar.

Ainda, conforme o mesmo autor, mesmo sendo um dos princípios do GATT, a eliminação do tratamento discriminatório no comércio internacional, ele não impedia a formação de blocos econômicos, que visavam a remoção de tarifas dentre outras barreiras ao comércio entre os países membros desses blocos. Portanto não proibia a formação de uma união aduaneira.

Devido ao avanço das relações econômicas, o GATT originava negociações de comércio multilaterais, mais conhecida como rodadas, que visava redução tarifária entre os países membros. O GATT realizou oito rodadas, sendo a principal, a Rodada do Uruguai com início em 1986 e término em 1993, a qual determinou a criação de uma nova entidade internacional, a OMC, que substituiu o GATT.

## 2.3 HISTÓRICO DA OMC

A OMC - Organização Mundial de Comércio - entrou em vigor em 1 de janeiro de 1995 e busca supervisionar as políticas comerciais, gerenciar os acordos multilaterais do comércio, enfim, procura regular o sistema mundial de comércio

estabelecendo normas, regras, princípios. Sua sede é em Genebra, Suíça e é a instituição que se responsabiliza pela aplicação, administração e funcionamento dos acordos comerciais.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2003), relata que dentre os objetivos da OMC, está a elevação dos níveis de vida, o pleno emprego, a expansão da produção e do comércio de bens e serviços, a necessidade de realizar esforços positivos em busca de uma participação mais ativa dos países em desenvolvimento no comércio internacional. Fica claro, portanto que a atuação da OMC é muito mais ampla do que a do GATT.

### 2.3.1 Funções da OMC

- Procurar administrar os acordos comerciais multilaterais e plurilaterais que governam o atual sistema de comércio;
- Supervisionar as políticas comerciais;
- Servir de foro para as negociações multilaterais;
- Cooperar com as demais instituições internacionais como o FMI, BIRD, que participam da fomentação de políticas econômicas em nível mundial.

### 2.3.2 Principais princípios da OMC

- Cláusula da nação mais favorecida - Assim como no GATT, evita que haja discriminação entre os países e proíbe um tratamento preferencial entre um parceiro específico. “Os países membros são obrigados a outorgar aos produtos dos demais membros o mesmo tratamento favorável que foi dado aos produtos de qualquer outro país”. (FOCHETE, 2001).
- Tratamento nacional - Esse princípio procura evitar discriminação entre o produto nacional e importado. O produto nacional deve ter o mesmo tratamento do produto importado, excluindo qualquer tipo de imposto ou ônus.

Segundo CARVALHO e SILVA (2002), a OMC exige de seus membros notificações obrigatórias caso haja modificações nos regulamentos nacionais sobre o comércio exterior. Assim, como a OMC, as políticas comerciais dos países membros

são submetidas a regras mais rígidas do que aquelas do GATT, rumo a harmonia do comércio internacional.

Porém, de acordo com GONÇALVES (2000) a agenda da OMC possui algumas dificuldades. O primeiro trata da questão dos acordos já estabelecidos, seja no GATT ou na OMC, ou seja, é necessário cumprir tanto os acordos como os compromissos que visam melhores condições de acessos aos mercados. Outro problema refere-se a questões que dependem de negociações em andamento, como as telecomunicações básicas, serviços financeiros, etc. Um terceiro problema está relacionado a novas questões a serem abordadas na organização, como por exemplo, a relação entre comércio e investimento, transparência nas compras governamentais, a questão do meio ambiente, entre outras.

Segundo as análises realizadas pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2003), nem todos os países tinham interesse em se filiar a OMC. Porém, com o decorrer do tempo, a OMC passou a desempenhar um importante papel no comércio internacional o que propiciou e despertou em alguns desses países o desejo de solicitar o início do processo de adesão, para participar do mercado global criado a partir da OMC.

## 2.4 ADESÃO DE NOVOS PAÍSES À ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

De acordo com análises feitas pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2003), em 1994, quando foi firmado o Acordo Constitutivo da OMC, nem todos os países tinham interesse em se filiar à OMC, uma vez que a adesão exigia a aceitação de todos os Acordos negociados durante a Rodada Uruguai (à exceção dos acordos plurilaterais). No decorrer do tempo, a OMC passou a desempenhar um importante papel na regulação do comércio mundial e na solução de controvérsias entre os países-membros, alguns destes países solicitaram o início do processo de adesão, visando participar do enorme mercado global criado a partir da OMC.

Para ter acesso à OMC, o país solicitante necessita, primeiramente, adequar sua legislação interna aos diversos acordos existentes no âmbito da OMC. Em seguida vem a fase das concessões tarifárias, em que cada País-Membro da OMC faz uma lista de pedidos de redução tarifária para produtos de seu interesse

exportador. Estas listas são entregues ao país solicitante, que estudará e concederá rebaixas tarifários naqueles produtos que julgue não prejudiciais à estabilidade de sua economia.

Caso haja consenso entre todos os Países-Membros da OMC de que a quantidade e o nível de concessões seja satisfatório, o país solicitante será aceito como novo membro da Organização. Caso contrário, retomam-se as negociações. As decisões no âmbito da OMC são tomadas sob o princípio do consenso, isto é, a resolução estará aprovada quando nenhum dos membros discordar. No Brasil, sempre que um país solicita sua adesão à OMC, o DEINT – Departamento de Negociações Internacionais - publica aviso no Diário Oficial da União e envia comunicado às entidades de classe, para que estas manifestem seus interesses, após o que o DEINT consolida a lista que será negociada com o país solicitante.

### 3 INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

#### 3.1 INÍCIO DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

O rápido avanço da globalização impulsiona os países a mudar a forma de inserção no contexto internacional, inicializando a formação de blocos econômicos regionais, procurando reduzir as barreiras tarifárias entre os países integrantes. A partir da década de 90, a regionalização tornou-se um tema fundamental na economia internacional e surgiu diante dos conflitos e das dificuldades nas negociações multilaterais decorrentes do desgaste do GATT, pois as negociações entre países vizinhos são mais fáceis e mais viáveis do que entre o conjunto de várias nações que participavam do GATT e, posteriormente da OMC.

A integração econômica busca proporcionar às nações envolvidas, uma política comercial capaz de reduzir as barreiras ao comércio somente entre os países interligados.

#### 3.2 AS PRINCIPAIS FORMAS DE INTEGRAÇÃO DE MERCADO

Normalmente, a integração econômica entre países passa por um ajustamento de etapas:

- Área de Livre Comércio - Forma de integração econômica onde entre os países membros não há nenhum obstáculo comercial, porém cada país membro mantém suas próprias tarifas entre os países não membros. Assim dentro da área de livre comércio os bens circulam livremente, isento de qualquer tipo de tarifa e não há nenhum tipo de negociação de uma tarifa externa comum para os países não membros.
- União Aduaneira - Assim como no livre comércio, permite a livre circulação de bens entre os países membros, não havendo nenhuma barreira entre eles. Porém entre os terceiros países é adotada uma política comercial única, ou seja, uma tarifa externa comum para os parceiros comerciais não membros. Cita-se como exemplo de união aduaneira o Mercosul, que é objeto de pesquisa deste trabalho e adota como tarifa única a TEC.
- Mercado Comum - Possui as mesmas características de uma União

Aduaneira e acrescenta também a livre movimentação de mão-de-obra, capital, serviços, sem a presença de qualquer tipo de restrições.

- União Econômica e Monetária: Unifica as políticas macroeconômicas (política fiscal e monetária) entre os países envolvidos. Além disso, há a implementação de uma moeda única em todos os países membros.

A integração econômica busca proporcionar um aumento de bem estar da população. A formação dos blocos regional causa efeitos na economia, e assim, vários estudos foram realizados a respeito do impacto dos blocos econômicos, diferenciando termos como geração e desvio de comércio.

A geração de comércio, segundo SALVATORI (1998), ocorre quando a produção interna de uma nação membro da União Aduaneira é substituída por importações de outra nação membro que possui custo inferior. Assim acarretará um aumento no bem estar das nações integrantes, pois adquire-se a produção com custos mais baixos devido à eliminação das barreiras ao comércio.

Já o desvio de comércio, ainda de acordo com SALVATORI (1998), ocorre quando as importações das nações não integrantes da União Aduaneira que possui custo inferior são substituídas por importações de uma nação membro de custo superior. O desvio de comércio reduz o bem estar, pois a produção mais eficiente e com custo mais baixo dos produtos estrangeiros é substituída pela produção dos produtos integrantes da união que são menos eficientes e possuem um custo mais elevado.

Quanto a integração econômica, SALVATORI ainda ressalta quanto ao benefício dinâmico que busca aumentar a taxa de crescimento da economia, seu maior benefício é o aumento da concorrência. Sem a união aduaneira os produtores ficam mais acomodados, mas a partir de sua formação, a ausência das barreiras faz com que os produtores se “obriguem” a se tornar mais eficientes para enfrentar a concorrência estrangeira. Outro benefício é o surgimento de economias de escala, resultado da expansão do mercado, além do aumento dos investimentos e a livre movimentação da mão-de-obra e do capital que tendem a gerar uma utilização mais eficiente dos recursos econômicos.

Gradualmente os países absorvem os benefícios de uma integração regional.

### 3.3 EVOLUÇÃO DA INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL

#### 3.3.1 Histórico da integração econômica na América do Sul

As primeiras tentativas de integração econômica na América foram impulsionadas pela Cepal, a qual iniciou um esforço integrado para solucionar os problemas econômicos e sociais que abrangiam a América Latina no final dos anos 50. Brasil, Argentina, Paraguai, Peru, Chile, Uruguai e México foram orientados pela mesma e em 1960 foi criada através do Tratado de Montevideu a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). Mais tarde, ingressaram Colômbia, Equador, Venezuela e Bolívia.

Dentre os objetivos da ALALC estavam a eliminação de barreiras, criar um mercado comum latino-americano, buscando eliminar o protecionismo e a ampliação do mercado. De acordo com FRANCISCO DE ASSIS GRIECO (1994) a ALALC atuou através de negociações multilaterais de listas nacionais além dos acordos destinados a esquemas de reduções tarifárias e eliminação de barreiras não tarifárias à livre circulação de bens e serviços entre os parceiros comerciais.

As metas atingidas pela ALALC foram poucos significantes. Na primeira metade da década de 60, teve um aumento extraordinário das exportações regionais. Porém, com o passar dos anos, a ALALC começou a apresentar sinais de fracasso. Os países que constituíam a ALALC começam a apresentar dificuldades no contexto da integração, o que prejudicou a harmonia entre as políticas. Além disso, a instabilidade econômica durante a década de 70 também causou sua crise.

Nem todos os objetivos da ALALC foram satisfeitos e em sua substituição foi assinado em 12 de agosto de 1980 um outro Tratado de Montevideu, que originou a Associação Latino Americana de Integração (ALADI) pela Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Os objetivos da ALADI são: formar gradualmente um comércio comum latino-americano através da redução ou eliminação das barreiras, atingindo dessa forma a ampliação do mercado e a harmonia entre as políticas de desenvolvimento. Porém, a situação da economia não era muito favorável para tal estratégia. A conjuntura brasileira, por exemplo, estava inviável e vários fatores contribuíram para enfraquecer a política do país, como a recessão econômica e a crise da dívida

externa. Além disso, o quadro internacional também estava crítico desde o choque do petróleo em 1973, que já havia prejudicado a muitos países importadores. Portanto, vários obstáculos impediram o sucesso desse acordo. O ambiente estava extremamente desfavorável e o comércio intra-regional estava propício a enfrentar um forte declínio.

Contudo, a ALADI mantinha mais flexibilidade em sua atuação. Enquanto a ALALC atuava em negociações multilaterais, a ALADI incorporou entendimentos bilaterais de negociação. (FRANCISCO DE ASSIS GRIECO, 1994).

### 3.3.2 A questão aduaneira da integração

Para o desenvolvimento do processo de integração é indispensável que se estabeleça uma cooperação eficaz e sólida entre as administrações alfandegárias, para que possam ser aplicados, e de maneira uniforme, todos os instrumentos, ferramentas e processos de correto funcionamento da legislação aduaneira.

Por outro lado, fazendo-se uma análise crítica da administração aduaneira latino-americana, o que primeiro se destaca é o tradicionalismo que caracteriza essa administração, até mesmo em países que já a submeteram a processos de mudança, conscientização e reforma.

FIGUEIRAS (1996, p.69) afirma o seguinte:

“Tendo em vista os aspectos marcantes da administração aduaneira dos países em processo de integração, urge repensar as atividades das administrações aduaneiras, encontrando-se a maneira correta de dotá-la de novas características para que possam prestar a contribuição necessária à viabilização do Mercosul”.

É usual ouvir-se comentários sobre essa questão de tradicionalismo na administração aduaneira, entretanto, um ponto crucial é a preparação dos funcionários desse importante setor, da real importância das medidas a serem implementadas, obtendo-se, desta forma, maior colaboração de seus funcionários, ou ao menos, diminuição das resistências às novas mudanças.

Por outro lado, deve-se dar uma atenção muito especial ao treinamento de novas técnicas, seja na classificação de mercadorias, ou nas normas pertinentes aos

acordos e tratados, possibilitando a melhoria no funcionamento, conseguindo, dessa maneira, alcançar um nível de qualidade mais aceitável, muito importante num projeto de integração.

Ainda segundo as idéias de FIGUEIRAS (1996), deve-se seguir o exemplo da administração aduaneira francesa, destaque mundial, segundo o autor, nessa questão. Eles destacam-se pois se empenham normalmente no treinamento de seus funcionários como meio adequado para tornar saliente o valor de sua legislação.

### 3.3.3 Consolidação de integração econômica e financeira

Com o passar dos anos, uma necessidade maior de integração foi surgindo. As economias dos países necessitavam cada vez mais de uma abertura de seus mercados e de novos investimentos. Os países sul americanos tendo em vista os fracassos anteriores, visavam uma formação de um bloco regional de comércio sólido e desenvolvido, com uma eficaz derrubada de barreiras tarifárias e dos custos de exportação trazendo maior nível de concorrência no setor produtivo. Havia, também, a intenção de criar um maior dinamismo através da implementação de vínculos financeiros mais fortes e com o crescimento do comércio inter-regional, proporcionando uma maior liberdade de captação e aplicação de recursos nos países membros.

Para determinar a integração financeira, era necessária a implantação de instituições financeiras que atuassem em todos os países envolvidos, permitindo que poupanças e capitais fluíssem livremente e pudessem ser captadas num país e aplicadas em outro, bem como o estabelecimento de acordos de parceria entre instituições financeiras e desenvolvimento de mercados primários para melhor propiciar a integração entre os membros.

Esses objetivos tiveram, e estão procurando, sua viabilidade de implementação com a construção de um novo mercado unificado entre alguns países sul-americanos – o Mercosul.

## 4 MERCOSUL

Brasil e Argentina continuaram a demonstrar sinais de interesse pela integração. Os presidentes Raul Alfonsin da Argentina e José Sarney do Brasil assinaram em 1985 um acordo conhecido como “Declaração de Iguazu” procurando aumentar a integração dos dois países tanto na área técnica, econômica, comercial e financeira.

Já em 20 de julho de 1986, assinaram a Ata para integração Argentino-Brasileira, onde estabeleceram o Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil-Argentina que inclui a estratégia da gradualidade, flexibilidade e equilíbrio como seus princípios.

Buscando a renovação das barreiras entre o comércio, em 1988 foi assinado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento criando condição para formar um espaço econômico comum em um período de 10 anos. Foram assinados 24 protocolos abrangendo vários temas, incluindo transporte, cultura, administração pública até moeda comum. Era o fim de um relativo isolamento econômico e o início de uma economia cada vez mais interligada e interdependente, embora seja feita de forma gradual.

Em julho de 1990, Brasil e Argentina assinam a “Ata de Buenos Aires” que determinou que em janeiro de 1995, seria o início de um mercado comum entre os dois países. Já em dezembro de 1990, junto ao ALADI, os protocolos anteriormente assinados, foram consolidados em um só instrumento, denominado Acordo de Complementação Econômica, o ACE-14, que coordenava as relações econômicas entre os países no período transitório de 91/94, obtendo resultados positivos, pois além de aumentar as exportações, aumentou também a competitividade e o desenvolvimento tecnológico.

Para não se sentirem prejudicados e ameaçados, o Uruguai e o Paraguai também passaram a se integrar neste início de regionalização. É neste contexto que os governos da Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai assinaram o Tratado de Assunção em 23 de março de 1991, dando origem ao Mercosul. Pode-se afirmar que o início do Mercosul foi provocado pelos Tratados do Brasil e Argentina.

É com a assinatura do Tratado de Assunção que se estabeleceu o chamado “período de transição” que se inicia em março de 1991 e duraria até dezembro de

1994.

O Tratado de Assunção pretendia estabelecer uma união aduaneira neste período determinado, e era caracterizado por reduções tarifárias progressivas, lineares e automáticas entre os países membros, o que caracteriza a formação de uma área de livre comércio, além da implementação de uma tarifa externa comum e pela negociação de políticas comerciais comuns, caracterizando a união aduaneira propriamente dita.

A tarifa externa comum (TEC) foi determinada em 31 de dezembro de 1994, onde os produtos oriundos de terceiros países estão sujeitos a aplicação da mesma tarifa entre os países integrantes do Mercosul. Assim, os bens importados dos países que não são integrantes, passariam a ter a mesma alíquota tarifária entre os parceiros comerciais do Cone Sul. A TEC permite que os produtores dos países membros concorram entre si sem injustiça, pois os mesmos pagarão o montante igual na importação de máquinas e insumos e assim não haverá concorrência desleal. Porém, as mercadorias podem circular livremente no Mercosul, desde que seja de um país membro para outro, livre de qualquer ônus. Dentro da TEC, existe a lista de exceções, que aceita a cobrança de tarifas diferenciadas sobre alguns produtos, conforme sua necessidade. Os produtos considerados ameaçadores para a produção interna, recebem tarifas altas, enquanto os bens considerados estratégicos, ou seja, aqueles bens de capital usados na produção de produtos de exportação, que não possuem concorrência externa, são aplicadas taxas reduzidas.

Dentre os objetivos do Mercosul está claramente imposto a busca de um mercado comum, através da eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias no comércio entre os países membros, o que garantiria a livre movimentação de bens e serviços entre os países integrantes, além da livre circulação de trabalhadores e capitais, da coordenação de políticas macroeconômicas e do estabelecimento da tarifa externa comum, que levaria a formação de um mercado comum.

A estratégia do Mercosul, assim como de qualquer outra união aduaneira é realizar um aprofundamento interno nas relações econômicas e comerciais entre os países integrantes. Com o Mercosul o Brasil deu um impulso a abertura econômica, procurando maximizar seu bem estar através do maior desenvolvimento e sua maior eficiência na produção.

O Brasil tem um papel fundamental na integração regional, devido ao

tamanho relativo da sua economia na região, a sua maior diversificação na produção, o que o diferencia e o destaca em relação a seus parceiros comerciais. Nas últimas décadas o comércio exterior é de vital importância para a economia brasileira e para as demais economias, visto que aumenta o leque de produtos disponíveis no mercado e assim o consumidor tem uma maior variedade ao seu dispor.

O possível futuro nesse início de século é um avanço do comércio através da evolução do regionalismo. Para maximizar seus ganhos, pesquisadores consideram que o Brasil deve procurar fazer com que tal integração resulte em um maior acesso de seus produtos nos mercados estrangeiros, crescendo a sua participação no mercado mundial.

#### 4.1 ESTRUTURA DO MERCOSUL

Quanto à estrutura da administração do Mercosul, está a cargo do Conselho do Mercado Comum (CMC) e do Grupo do Mercado Comum (GMC).

O Conselho de Mercado Comum é responsável pela condução de decisões tomadas para assegurar o cumprimento dos objetivos e prazos estabelecidos no Tratado de Assunção. É composto pelos Ministros da Economia e das Relações Exteriores dos Estados Membros.

Já o Grupo do Mercado Comum é o órgão responsável pelo cumprimento do Tratado e pelas decisões adotadas pelo Conselho, como coordenar as políticas macroeconômicas e fixar programas de trabalho buscando avanços para o estabelecimento do Mercosul. O GMC é integrado pelos Ministros das Relações Exteriores, além do Ministério da Economia e do Banco Central de cada país. Além disso, constituiu 11 subgrupos de trabalhos para o cumprimento de seus objetivos.

- Subgrupo 1 - Assuntos Comerciais
- Subgrupo 2 - Assuntos Aduaneiros
- Subgrupo 3 - Normas Técnicas
- Subgrupo 4 - Política Fiscal e Monetária Relacionadas com o Comércio
- Subgrupo 5 - Transporte Terrestre
- Subgrupo 6 - Transporte Marítimo

- Subgrupo 7 - Política Industrial e Tecnológica
- Subgrupo 8 - Política Agrícola
- Subgrupo 9 - Política Energética
- Subgrupo 10 - Coordenação de Políticas Macroeconômicas
- Subgrupo 11 - Relações Trabalhistas

## 4.2 A POLÍTICA TARIFÁRIA DO BRASIL

Segundo BEHREND (1994, P. 78):

“A gradativa redução de tarifas de importação brasileiras vem colocando mercado nacional à mercê dos exportados estrangeiros. Por algumas décadas, vivemos protegidos dos ataques dos países mais desenvolvidos por uma ‘redoma tarifária’. O ciclo econômico de substituição das importações pode ser considerado encerrado”.

Com isso o autor procura salientar um ponto de alerta na economia nacional – a abertura radical a produtos importados causando uma transformação do mercado brasileiro em um aglomerado de itens de fora abalando muitos segmentos da indústria nacional.

O autor ainda cita a grande preocupação do Brasil com a abertura e promoção dos produtos nacionais para fora sem ter a devida cautela em seu âmbito interno, cuidando para que o inverso não aconteça, ou seja, a invasão dos produtos externos no nosso mercado.

Um exemplo dessa controvérsia é a aceitação de produtos brasileiros – como da indústria têxtil, química e siderúrgica – no exterior, confirmando a competitividade dos produtos nacionais em outros países. Paralelamente a isso os produtos importados já vêm invadindo nosso mercado, uma vez que o Brasil não controla essa área com uma correta legislação, além da inexperiência com relação a esse assunto.

Com o Mercosul, devido as reduções das barreiras tarifárias, abriu-se um leque de produtos a disposição do consumidor. Os produtos importados tornaram-se mais freqüentes em nosso mercado e ampliaram a opção de escolha, concorrendo

com nossos produtos. Behrends deixa claro sua preocupação com o mercado nacional, na vez que as mercadorias brasileiras competirá com a produção estrangeira.

### 4.3 POLÍTICAS DO MERCOSUL.

Tomando como base nas informações do Banco Central do Brasil é possível identificar as principais iniciativas para integração econômica e financeira do Mercosul. A coordenação de políticas macroeconômicas entre os Estados Partes do Mercosul tem sido organizado pelo Grupo de Monitoramento macroeconômico (GMM) subordinado à reunião de Ministros de Economia e Presidentes dos Bancos Centrais (RMPBC).

Um ambiente mais sólido para a integração financeira e econômica da região e o aumento de investimento é o produto da coordenação macroeconômica buscando mais credibilidade para o bloco. O investimento é fundamental em um ambiente onde são negociadas regras sob as quais os agentes econômicos de um Estado soberano poderão acessar os mercados de outro Estado.

Quanto a integração financeira do Mercosul, esta a cargo do Sub Grupo 4 (SGT-4), coordenado pelos Bancos Centrais dos Estados Partes , procurando desenvolver idéias para contribuir para a criação de um mercado comum regional na área financeira , isto é busca o processo de integração financeira do bloco, nos assuntos bancários, de seguros e de mercado de capitais. Brasil e Argentina firmaram em 26/08/1999 um "Protocolo de Cooperação sobre Supervisão Bancária".

Essas iniciativas revelam que as políticas internas de cada país continuam independentes, mas que tem havido um esforço no sentido de aproximação e harmonização das políticas econômicas entre os países membros.

Segundo ainda informações desta página, no que se refere à subcomissão de demonstrações contábeis, o GMC através da Resolução GMC 20/2001, instruiu os Estados Partes a implantar em seus sistemas financeiros as regras de transparência informativa recomendada pelo Comitê de Basileia referente a Regulamentação Bancária e Práticas de Supervisão. Assim os órgãos supervisores do Mercosul prevêem a convergência plena para os padrões internacionais com esforços para harmonização das demonstrações contábeis nos sistemas financeiros da região.

Os avanços obtidos pelo bloco em relação ao combate a ilícitos financeiros, podem ser observada com a aprovação das seguintes Resoluções: GMC 82/99: “Regulação internacional do Grupo Força-Tarefa para prevenir e reprimir a lavagem de dinheiro no Mercosul”, Resolução GMC 53/00 “Pauta de regulação mínima a serem adotadas pelos Bancos Centrais para prevenção e repressão a lavagens de dinheiro no Mercosul” e Decisão CMC 40/00 “Convenio de cooperação entre os bancos Centrais dos Estados Partes do Mercosul para prevenção e repressão de manobras tendentes a legitimação de ativos provenientes de atividades ilícitas”.

## 4.4 O BRASIL E O MERCOSUL

### 4.4.1 O comércio brasileiro no mercosul e no mundo

A tabela a seguir, com dados retirados da página de pesquisas do MDIC (Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior): Brasil Exportador, desenvolvimento ([aliceweb.desenvolvimento.com.br](http://aliceweb.desenvolvimento.com.br)), mostra uma relação das exportações brasileiras para o mundo de 1990 até 2000.

**TABELA 01: PRINCIPAIS MERCADOS COMPRADORES POR BLOCOS COMERCIAIS (US\$ MILHÕES FOB)**

ANO	União européia		NAFTA		ALADI		Ásia (excl. Or. Médio)		Mercosul	
	Valor	Part.%	Valor	Part.%	Valor	Part.%	Valor	Part.%	Valor	Part.%
1990	10.219	32,53	8.621	27,44	1.958	6,23	5.267	16,76	1.320	4,2
1991	10.152	32,1	7.486	23,67	2.694	8,52	5.687	17,98	2.309	7,3
1992	10.774	30,1	8.447	23,6	3.513	9,81	5.578	15,58	4.097	11,44
1993	10.190	26,43	9.294	24,1	3.769	9,77	6.112	15,85	5.386	13,97
1994	12.201	28,02	10.366	23,8	3.848	8,83	7.047	16,18	5.921	13,59
1995	12.911	27,76	9.639	20,73	3.864	8,3	8.191	17,61	6.153	13,23
1996	12.836	26,88	10.496	23,61	3.665	7,67	7.813	16,36	7.305	13,6
1997	14.514	27,38	10.819	20,41	4.604	8,86	7.729	14,58	9.046	17,06
1998	14.747	28,83	11.417	22,32	4.508	8,81	5.615	10,97	8.878	17,36
1999	13.736	28,61	12.429	25,88	3.782	7,87	5.732	11,93	6.777	14,11
2000	14.784	26,83	15.643	28,39	5.168	9,38	6.324	11,48	7.733	14,03
2001	14.865	25,53	16.801	28,85	5.860	10	6.949	11,93	6.363	10,92
2002	15.113	25,03	18.477	30,56	6.555	10,8	8.791	14,56	3.310	5,48
2003	18.102	24,7	20.411	27,9	7.248	9,91	11.676	15,97	5.671	7,75

Fonte: MDIC(2003)

Analisando-se essa tabela, observa-se que com a implementação do Mercosul, o comércio brasileiro apresentou sinais de fortalecimento, com exceção dos últimos 3 anos. Como se pode observar em 1990 o Brasil exportava 1.320 milhões de dólares, enquanto em 1992 esse valor já saltou para 4,097 milhões de dólares.

O auge do Mercosul foi em 1997/1998, tanto em termos absolutos como em participação em relação aos outros blocos. Podemos observar que houve um declínio em 2001 e um dado um tanto assustador foi o total de exportações brasileiras para o Mercosul no ano de 2002, despencando para 3.319 milhões de dólares, fato que se explica pela crise que atingiu a Argentina. Tal crise é relevante para o Brasil devido à interdependência que o país possui com a Argentina, enquanto destino das exportações e origem das importações. Tal crise refletiu num impacto negativo para o Mercosul. Porém em 2003, houve um pequeno aumento do valor das exportações correspondendo a 5.671 milhões de dólares.

A tabela 02 a seguir mostra os totais anuais das exportações brasileiras para blocos econômicos, seguido dos crescimentos em relação aos anos anteriores.

**TABELA 02: TOTAIS ANUAIS DAS EXPORTAÇÕES PARA BLOCOS ECONÔMICOS E CRESCIMENTOS ANUAIS (US\$ MILHÕES FOB)**

ANO	Total das exportações para os blocos	Crescimento em relação ao ano anterior
1990	31.413	-----
1991	31.620	0,65%
1992	35.792	13,94%
1993	38.554	7,71%
1994	43.545	12,94%
1995	46.506	6,79%
1996	47.746	2,66%
1997	52.994	10,99%
1998	51.139	-3,51%
1999	48.011	-6,12%
2000	55.085	14,73%
2001	58.222	5,69%
2002	60.361	3,67%
2003	73.084	21,07%

Fonte: MDIC(2003)

Dos países do Mercosul, a Argentina é o maior receptor dos produtos brasileiros. É extremamente perceptível já no início da década, quando em 1990 o Brasil exportava para Argentina 645 milhões de dólares, contra 294 milhões de dólares para o Uruguai e 380 milhões de dólares para o Paraguai. Em 1998, a Argentina importava do Brasil 6.748 milhões de dólares, 880 milhões do Uruguai e

1.249 milhões do Paraguai. Em 2002, apresentou queda devido à crise enfrentada, já explicada anteriormente e em 2003, os valores voltaram a subir, exportando para a Argentina o correspondente a 4.561 milhões de dólares, 403 milhões para o Uruguai e 707 milhões para o Paraguai. O quadro a seguir mostra os valores de exportações brasileiras para os países do mercosul a partir de 1990.

**TABELA 03: VALOR FOB DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA OS PAÍSES DO MERCOSUL**

ANO	Argentina		Uruguai		Paraguai	
	Valor	Part.%	Valor	Part.%	Valor	Part%
1990	645	48,9	294	22,28	380	28,8
1991	1.476	63,92	337	14,59	496	21,48
1992	3.039	74,19	514	12,54	543	13,25
1993	3.658	69,03	775	13	952	17,96
1994	4.135	69,84	731	12,36	1.053	17,79
1995	4.041	65,66	811	13,19	1.300	21,14
1996	5.170	70,76	810	11,1	1.324	18,13
1997	6.769	74,83	869	9,616	1.406	15,55
1998	6.748	76	880	9,923	1.249	14,06
1999	5.364	79,13	669	9,87	744	10,99
2000	6.232	80,6	668	8,638	831	10,75
2001	5.002	78,61	640	10,07	720	11,31
2002	2.341	70,74	410	12,39	558	16,86
2003	4.561	70,74	403	12,39	707	16,86

FONTE: MDIC(2003)

A tabela a seguir mostra os totais anuais das exportações para o mercosul e os respectivos crescimentos anuais.

**TABELA 04: TOTAIS ANUAIS DAS EXPORTAÇÕES PARA O MERCOSUL E CRESCIMENTOS ANUAIS (US\$ MILHÕES FOB)**

ANO	Total das exportações para o Mercosul	Crescimento em relação ao ano anterior
1990	1.319	----
1991	2.309	75,05%
1992	4.096	77,39%
1993	5.299	29,37%
1994	5.922	11,75%
1995	6.154	3,91%
1996	7.306	18,71%
1997	9.047	23,82%
1998	8.878	-1,90%
1999	6.778	-13,70%
2000	7.733	14,08%
2001	6.363	-11,80%
2002	3.310	-48,00%
2003	5.671	71,38%

Fonte: MDIC(2003)

É interessante observar que comparando as tabelas 02 e 04, a exceção de 94 e 95, as exportações brasileiras para o Mercosul cresceram mais que as exportações totais. Porém o processo se inverte após esse período. A partir de 1999, com exceção a 2003, as exportações brasileiras totais cresceram mais que as exportações brasileiras para o Mercosul. Tal queda pode ser explicada pelas crises enfrentadas por esses países, em particular pela Argentina, conforme explicito anteriormente. Além disso, vale ressaltar a crise cambial brasileira de 1999, pois os países sofreram diretamente os efeitos da desvalorização do Real.

Para uma boa base de comparação, a fim de situar o posicionamento do Brasil em relação ao seu comércio exterior (principalmente com o Mercosul), é válido contrapor em seguida, os valores das importações brasileiras, podendo assim avaliar o balanço e discrepâncias entre o que é vendido (exportado) e o que é comprado (importado).

Ainda segundo dados do MDIC, podemos analisar a evolução das exportações brasileiras. No início do processo de integração, as importações variavam de 2 a 3 milhões de dólares. Observa-se que gradualmente as importações vão aumentando ate atingir seu apogeu em 1997, atingindo valores correspondentes

a 9.426 milhões de dólares. No período de 1999 à 2003, as importações variaram de 5 a 7 milhões de dólares, atingindo valores correspondentes a 6.719 milhões de dólares em 1999, 7.795 milhões de dólares em 2000, 7.009 em 2001 e a queda em 2002, tal qual nas exportações, indo para 5.611 milhões de dólares. Em 2003 houve um pequeno aumento quando comparado a 2002. Esses dados e os de outros blocos econômicos estão na Tabela 05 a seguir.

**TABELA 05: VALOR DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR BLOCOS ECONOMICOS DE DESTINO (US\$ MILHÕES FOB)**

ANO	União européia		NAFTA		ALADI		Ásia (excl. Or. Médio)		Mercosul	
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %
1990	4.558	22,06	4.826	23,36	1.340	6,49	2.103	10,18	2.311	11,19
1991	4.970	23,62	5.500	26,14	1.434	6,82	2.266	10,77	2.242	10,66
1992	4.884	23,76	5.462	26,57	1.478	7,19	2.173	10,57	2.228	10,84
1993	5.944	23,54	6.173	24,44	1.385	5,48	3.678	14,56	3.378	13,38
1994	8.972	27,12	7.944	24,02	1.798	5,44	4.972	15,03	4.583	13,86
1995	13.847	27,71	12.610	25,23	3.393	6,79	8.249	16,51	6.843	13,69
1996	14.241	26,7	14.186	26,59	3.370	6,32	7.638	14,32	8.301	15,56
1997	15.850	26,53	16.490	27,6	3.616	6,05	9.039	15,13	9.426	15,78
1998	16.889	29,24	16.017	27,73	2.938	5,09	7.881	13,64	9.416	16,3
1999	15.046	30,52	13.473	27,3	2.738	5,55	6.474	13,13	6.719	13,63
2000	14.069	25,15	14.874	26,58	3.857	5,53	8.600	15,39	7.795	13,95
2001	14.882	26,67	14.665	26,38	2.991	5,38	8.925	16,06	7.009	12,61
2002	13.135	27,65	11.606	24,89	2.613	5,53	7.996	16,93	5.611	11,88
2003	12.686	27,65	10.846	24,89	2.499	5,53	8.923	16,93	5.685	11,88

Fonte: MDIC(2003)

**TABELA 06: TOTAIS ANUAIS DAS IMPORTAÇÕES DOS BLOCOS ECONÔMICOS E CRESCIMENTOS ANUAIS (US\$ MILHÕES FOB)**

ANO	Total das exportações para os blocos	Crescimento em relação ao ano anterior
1990	20.661	----
1991	21.040	1,83%
1992	20.554	-2,30%
1993	25.256	22,88%
1994	33.078	30,97%
1995	49.971	51,07%
1996	53.345	6,75%
1997	59.747	12,00%
1998	57.763	-3,32%
1999	49.294	-14,70%
2000	55.838	13,28%
2001	55.572	-0,48%
2002	47.240	-15,01%
2003	48.259	2,15%

Fonte: MDIC(2003)

Da mesma forma anterior, fazendo-se uma comparação com o comércio somente no Mercosul, observa-se novamente a Argentina como a maior fonte das importações brasileiras no bloco ao longo da década de noventa e até os anos de 2000 a 2003, porém com o auge em 1998, ultrapassando 8 bilhões de dólares.

Gradualmente, ao longo da década, a Argentina tem aumentado suas exportações para o Brasil, excluindo os anos 1999 e 2002, pois era inevitável que este país sofresse diretamente com a crise cambial que abrangiu o Brasil, pois possuíam alto grau de interdependência. Entretanto, as expectativas negativas foram revertidas e em 2000 este valor já subiu para 6.842, contra 5.812 em 1999. Deve-se lembrar mais uma vez, o impacto negativo da crise da Argentina no Mercosul em 2002. Como mostra a tabela a seguir:

**TABELA 07: VALOR FOB DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DOS PAÍSES DO MERCOSUL (US\$ MILHÕES)**

ANO	Argentina		Uruguai		Paraguai	
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %
1990	1.399	60,54	580	25,1	331	14,32
1991	1.609	71,77	412	18,38	220	9,81
1992	1.731	77,69	301	13,51	194	8,71
1993	2.717	80,43	385	11,9	275	8,14
1994	3.662	79,9	568	12,42	352	7,68
1995	5.591	81,7	737	10,78	515	7,53
1996	6.805	81,98	943	11,37	552	6,65
1997	7.941	84,25	967	10,26	517	5,48
1998	8.023	85,32	1042	11,07	350	3,73
1999	5.812	86,52	646	9,63	260	3,85
2000	6.842	87,83	602	7,73	351	4,51
2001	6.206	88,54	503	7,18	300	4,28
2002	4.743	84,53	485	8,64	383	6,82
2003	4.673	82,19	537	9,44	474	8,33

FONTE: MDIC(2003)

**TABELA 08: TOTAIS ANUAIS DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DO MERCOSUL E CRESCIMENTOS ANUAIS (US\$ MILHÕES FOB)**

ANO	Total das importações do Mercosul	Crescimento em relação ao ano anterior
1990	2.311	----
1991	2.242	-3,00%
1992	2.228	-0,67%
1993	3.378	51,62%
1994	4.583	35,67%
1995	6.843	49,31%
1996	8.301	21,31%
1997	9.426	13,55%
1998	9.416	-0,11%
1999	6.719	-28,41%
2000	7.795	15,94%
2001	7.009	-11,01%
2002	5.611	-19,91%
2003	5.685	0,13%

FONTE: MDIC(2003)

Analisando a tabela acima, percebe-se o período de maior importações brasileiras do Mercosul em 1997 atingindo valores correspondentes a 9.426 milhões de dólares. Assim como a tabela 04 apresentou declínio das exportações brasileiras em 2002, as importações também apresentaram queda.

Para uma melhor compreensão da real evolução da movimentação do comércio dentro e fora do Mercosul, ou seja, as vendas de produtos entre os países do bloco e para países terceiros, deve-se avaliar historicamente as exportações, observando os resultados econômicos de cada ano, analisando os efeitos do mercado e das oscilações mundiais na economia do Mercosul.

Segundo dados de MARTINS (2003), retirados da Divisão de Estudos e Estatísticas da Secretaria Geral da ALADI, o crescimento das exportações do Mercosul entre seus membros cresceu durante a década analisada, muito se atribui aos acordos preferenciais do bloco, mostrando a grande dependência entre esses países.

Evidencia-se, com as informações apresentadas por MARTINS(2003), o grande crescimento que teve o comércio no Mercosul, principalmente em âmbito interno, criando essa interdependência entre os países membros.

#### 4.4.2 Crescimento e fortalecimento do comércio no Mercosul

O Mercosul vem se fortalecendo a cada ano que passa, mesmo lutando contra as várias crises que abalaram os países que o constituem na última década. De acordo com MOREIRA (2003), em sua pesquisa “Aspectos microeconômicos do Mercosul: Uma abordagem sobre o desempenho das empresas brasileiras” retirada do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) observa-se que na última década foram criadas milhares de empresas no Brasil com a meta de exportar produtos e alimentar o próprio bloco. O aumento do número de empresas brasileiras exportadoras para o bloco (Argentina, Paraguai e Uruguai) na última década foi impressionante. Saindo de 3.834 em 1990, a quantidade foi culminar em 11.436 empresas no ano de 2001.

Nessa reportagem consta o depoimento do presidente da Confederação Nacional das Indústrias, o deputado Armando Monteiro. Segundo ele:

"O crescimento do número de empresas acompanhou o boom do comércio entre os países do bloco. Acho que, na medida que os países do bloco tiverem uma simetria macroeconômica, haverá um incremento ainda maior nas relações comerciais"

Apesar desse grande salto no número de empresas, isso não foi um ponto forte no combate ao desemprego no Brasil. Embora o aumento do número de empresas tenha sido de 335%, a oferta de empregos aumentou apenas 82,5%, pois muitos produtos são intensivos em capital e não em mão de obra.

Naquela mesma pesquisa mostra-se também que os produtos de exportação brasileiros com destino à Argentina, Paraguai e Uruguai mudaram muito nos últimos anos. Por volta de 1990, as exportações do Brasil para o Mercosul eram apenas as seguintes:

- Exportações para a Argentina: minério de ferro aglomerado, laminados planos de ferro e aço, automóveis e caminhões.
- Exportações para o Paraguai: tecidos, cerveja, malte, automóveis e caminhões.
- Exportações para o Uruguai: polietileno, mate, aparelhos para telefonia, automóveis e tratores.

Nos dias de hoje, produtos de alta tecnologia e o setor de telefonia tiveram um aumento muito relevante, além de que os produtos manufaturados e acabados como calçados, roupas, medicamentos, aparelhos domésticos, eletroeletrônicos e chocolates constituem hoje a maior parte das exportações.

As perspectivas do Mercosul estão aumentando, embora tenha atravessado um período de crise. Apesar da recente crise da Argentina, que de certa forma afetou o mercado Brasileiro, essa situação já está se revertendo e a projeção para os próximos anos é de que o aumento continue. A pesquisa mostra outro relato, este do presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e da Confecção, Paulo Skaf. Ele se posiciona sobre esse assunto da seguinte forma:

"O que sentimos no nosso setor é que as exportações brasileiras, que tiveram queda expressiva entre 2000 e 2002, com o acirramento da crise da Argentina, estão voltando ao patamar de 2001. A partir de agora a tendência é que as vendas se expandam ainda mais"

Os aumentos de exportações para o Mercosul por regiões também trás muito

otimismo. A Região Norte do Brasil, por exemplo, exportava apenas US\$ 26,3 milhões em 1990, porém em 2001 suas vendas chegaram a US\$ 276,6 milhões. Já Região Nordeste, que também é bem distante dos países do bloco exportava US\$ 112,4 milhões em 1990 e passou a exportar US\$ 369,3 milhões. A Região Centro-Oeste por sua vez passou de US\$ 14,1 milhões em 1990 para US\$ 65,2 milhões em 2001.

Porém a maior diferença é observada nas regiões mais próximas da Argentina, do Paraguai e do Uruguai: a Região Sul que exportava no início da década passada US\$ 311 milhões, passou a exportar US\$ 2,43 bilhões em 2001. Por fim, a Região Sudeste passou de US\$ 1,07 bilhão em 1991 para US\$ 3,18 bilhões em 2001.

Esse comportamento também ocorreu no aumento do número de empresas. O maior incremento, segundo a pesquisa do Ipea, foi nas regiões próximas ao bloco: Sul e Sudeste.

#### 4.4.3 Principais produtos de exportação brasileiros, análise por países do Mercosul

##### 4.4.3.1 Argentina

O comércio brasileiro com a Argentina há muito tempo vem sendo muito satisfatório. Durante a década de 90, as exportações para esse país tiveram aumento de 692%. No começo da década, as exportações estavam em torno de 645 milhões de dólares, chegando em 1999, à aproximadamente 5,4 bilhões. Em 2003, as exportações para este país totalizaram em 4.561 bilhões. As importações, por sua vez, em 1990 eram próximas de US\$ 1,4 bilhão, aumentaram em 1999 para US\$ 5,8 bilhões. Porém em 2003, as importações apresentaram queda totalizando em 4.673 bilhões. Os dados da página brasileira do Mercosul, ([www.mercosul.gov.br](http://www.mercosul.gov.br)), mostram, além desses números, que a Argentina subiu colocações no ranking de exportações e importações brasileiras de 1990 a 1999 do décimo lugar para o segundo, estando então atrás dos Estados Unidos.

Isso tudo, mostra a importância desse país nas relações exteriores do Brasil, uma vez que em 1999 a participação do intercâmbio comercial do Brasil com a Argentina chegou a 12%.

Os setores de maior importância e seus aumentos de 1990 para 1999 nas exportações do Brasil para a Argentina, de acordo com a página do Mercosul, são retratados na tabela a seguir.

**TABELA 09: PRODUTOS EXPORTADOS PARA A ARGENTINA DE 1990 A 2000 RESPECTIVOS CRESCIMENTOS (VALOR FOB)**

Produto	Exportações anuais no início da década	Exportações anuais no final da década	Crescimento percentual
Veíc. autom. e suas partes	US\$ 64 milhões	US\$ 1,2 bilhões	1742%
Máq. e equip. mecânicos	US\$ 82 milhões	US\$ 776 milhões	846%
Instr. E aparelhos elétricos	US\$ 36 milhões	US\$ 379 milhões	952%
Plásticos e suas obras	US\$ 26 milhões	US\$ 266 milhões	923%
Papel e cartão	US\$ 15 milhões	US\$ 262 milhões	1847%
Ferro fundido, ferro ou aço	US\$ 47 milhões	US\$ 200 milhões	325%
Diversos das ind. Químicas	20 milhões	US\$ 106 milhões	430%
Borracha e suas obras	14 milhões	US\$ 118 milhões	743%
Obras de ferro fund. ou aço	US\$ 8 milhões	US\$ 114 milhões	1325%

Fonte: MERCOSUL (2003)

Na década de 90, os produtos que se destacam em termos de crescimento percentual, são veículos automóveis e suas partes, papel e cartão, obras de ferro fundido, ferro ou aço, dentre outros explícito na tabela acima.

Já nas compras efetuadas pelo Brasil na Argentina têm-se os principais setores e produtos e sua evolução na década de 90, segundo a mesma fonte, os dados retratados na tabela seguinte:

**TABELA 10: PRODUTOS IMPORTADOS DA ARGENTINA DE 1990 A 2000 E RESPECTIVOS CRESCIMENTOS (VALOR FOB)**

Produto	Importações anuais no início da década	Importações anuais no final da década	Crescimento percentual
Veíc. autom. e suas partes	US\$ 47 milhões	US\$ 1,3 bilhão	2672%
Cereais e prod. de moagem	US\$ 396 milhões	US\$ 1.062 milhões	168%
Combustíveis. e óleos minerais	US\$ 76 milhões	US\$ 674 milhões	787%
Máq. e equip. mecânicos	US\$ 119 milhões	US\$ 354 milhões	197%
Leite e laticínios	US\$ 72 milhões	US\$ 287 milhões	299%
Plásticos e suas obras	US\$ 29 milhões	US\$ 172 milhões	493%
Algodão	US\$ 15 milhões	US\$ 134 milhões	793%
Produtos hotículas	US\$ 79 milhões	US\$134 milhões	70%
Prod. químicos orgânicos	US\$ 45 milhões	US\$ 113 milhões	151%
Peles e couro	US\$ 34 milhões	US\$ 88 milhões	159%
Instr. e aparelhos elétricos	US\$ 13 milhões	US\$ 105 milhões	708%

Fonte: MERCOSUL (2003)

Dados apresentados anteriormente, conforme as Tabelas 03 e 07, mostram que a Argentina é o país com que o Brasil mais movimentava o seu comércio, dentre os países do Mercosul. Alguns produtos se destacam nessa renda. A venda de partes e peças para veículos automotores e tratores é o maior destaque nas exportações deste país integrante do Mercosul com destino brasileiro, somando um total de 1,3 bilhões de dólares em 1999. As vendas de cereais e produtos de moagem também merecem destaque, pois tiveram um retorno de 674 milhões de dólares neste ano. Assim, a tabela acima especifica os principais produtos importados da Argentina que se destacam pelo seu crescimento e mostra a sua respectiva evolução no início da década e no final da década.

#### 4.4.3.2 Uruguai

O comércio brasileiro com o Uruguai, apesar de não ter as mesmas dimensões que tem com a Argentina, constitui uma importante relação de exportações e importações e seu desempenho vem crescendo muito. As exportações brasileiras para o Uruguai aumentaram 127% durante a década de 90. Naquele ano, o seu valor era de US\$ 294 milhões, passando então para US\$ 669 milhões no final da década. Em 2003, esse valor atingiu 403 milhões de dólares. Já importações, no mesmo período, aumentaram de 580 milhões no início da década para 646 milhões em 1999. Em relação ao último ano, 2003, observa-se uma pequena queda, atingindo 537 milhões de dólares.

Apesar desse aumento no final da década ter sido considerável, esse valor não é o maior já alcançado. No ano de 1998, que foi o ano de maior movimentação comercial entre esses dois países, o Brasil exportou para o Uruguai mais de 880 milhões de dólares e as importações chegaram a 1,042 bilhão, conforme explicito nas tabelas 03 e 07.

Durante a década de 90, os produtos que tiveram maior destaque e crescimento com relação às suas exportações, segundo a página do mercosul, foram os seguintes:

**TABELA 11: PRODUTOS EXPORTADOS PARA O URUGUAI DE 1990 A 2000 E RESPECTIVOS CRESCIMENTOS (VALOR FOB)**

continua

Produto	Exportações anuais no início da década	Exportações anuais no final da década	Crescimento percentual
Veíc. Automóveis e partes	US\$ 65 milhões	US\$ 79 milhões	22%
Máq. e equip. mecânicos	US\$ 31 milhões	US\$ 67 milhões	116%
Instr. e aparelhos elétricos	US\$ 30 milhões	US\$ 49 milhões	63%
Papel e cartão	US\$ 7 milhões	US\$ 34 milhões	386%
Café, chá, mate e espec.	US\$ 17 milhões	US\$ 29 milhões	71%
Móveis, colchões	US\$ 725 mil	US\$ 27 milhões	3624%

**TABELA 11: PRODUTOS EXPORTADOS PARA O URUGUAI DE 1990 A 2000 E RESPECTIVOS CRESCIMENTOS (VALOR FOB)**

			Conclusão
Produto	Exportações anuais no início da década	Exportações anuais no final da década	Crescimento percentual
Obras de ferro, ferro ou aço	US\$ 4 milhões	US\$ 21 milhões	425%
Borracha e suas obras	US\$ 6 milhões	US\$ 16 milhões	166%
Madeira e manufaturas	US\$ 2 milhões	US\$ 15 milhões	650%

Fonte: MERCOSUL (2003)

No lado das importações, a evolução e valores durante esse período, segundo mesma fonte, são os seguintes:

**TABELA 12: PRODUTOS IMPORTADOS DO URUGUAI DE 1990 A 2000 E RESPECTIVOS CRESCIMENTOS (VALOR FOB)**

Produto	Importações anuais no início da década	Importações anuais no final da década	Crescimento percentual
Produtos como cereais	US\$ 98 milhões	US\$ 113 milhões	16%
Leite e laticínios	27 milhões	US\$ 92 milhões	240%
Plásticos e suas obras	US\$ 18 milhões	US\$ 44 milhões	144%
Veíc. Automóveis e partes	US\$ 1 milhão	US\$ 40 milhões	3900%
Prod. da ind. da moagem	US\$ 23 milhões	US\$ 34 milhões	48%
Óleos essenciais e artigos de toucador	US\$ 2 milhões	US\$ 14 milhões	600%
Produtos farmacêuticos	sem registro	US\$ 21 milhões	---
Borracha e suas obras	US\$ 24 milhões	US\$ 31 milhões	29%

Fonte: MERCOSUL (2003)

Um produto de grande importância dentre os importados do Uruguai é o cereal, importando no final da década de 90, 113 milhões de dólares. Outro produto

que tiveram um aumento considerável nesse período foi o leite e laticínios, com um crescimento percentual de 240%. Um aumento impressionante foi o de veículos e suas partes, crescendo 3900%, saltando de 1 milhão de dólar para 40 milhões de dólares em 1999.

#### 4.4.3.3 Paraguai

Numa análise do comércio entre o Brasil e o Paraguai na década de 90, os dados da página do Mercosul na Internet mostram uma redução de 22% nas importações, caindo de 333 milhões de dólares em 1990 para 260 milhões em 1999. Porém as exportações, mantendo a tendência de desenvolvimento observada em outras ocasiões, aumentaram em 96%, indo de US\$ 380 milhões para US\$ 744 milhões, no mesmo período.

O comércio com o Paraguai também sofreu com a crise internacional nos anos de 1997-1998, causando uma diminuição desde então. Naquela época, quando um auge momentâneo nas relações despontava, as exportações alcançaram US\$ 1,4 bilhão e as importações US\$ 517 milhões, conforme as tabelas 03 e 07.

A mesma fonte de dados aponta a aplicação de imposto de exportação de cigarros como um dos fatores determinantes da redução das exportações em 1999. Os cigarros eram os principais produtos comercializados com o Paraguai durante muito tempo.

Por grupos de produtos, de 1990 a 1999, o crescimento das exportações e valores das exportações foram os seguintes.

**TABELA 13: PRODUTOS EXPORTADOS PARA O PARAGUAI DE 1990 A 2000 E RESPECTIVOS CRESCIMENTOS (VALOR FOB)**

continua

Produto	Exportações anuais no início da década	Exportações anuais no final da década	Crescimento percentual
Máq. e equip. mecânicos	US\$ 40 milhões	US\$ 78 milhões	95%,
Instr. e aparelhos elétricos	US\$ 23 milhões	US\$ 51 milhões	121%
Papel e cartão	US\$ 12 milhões	US\$ 49 milhões	308%

**TABELA 13: PRODUTOS EXPORTADOS PARA O PARAGUAI DE 1990 A 2000 E RESPECTIVOS CRESCIMENTOS (VALOR FOB)**

Conclusão

Produto	Exportações anuais no início da década	Exportações anuais no final da década	Crescimento percentual
Bebidas	US\$ 15 milhões	US\$ 33 milhões	120%
Aubos e fertilizantes	US\$ 10 milhões	US\$ 31 milhões	210%
Plásticos e suas obras	US\$ 14 milhões	US\$ 30 milhões	114%
Obras de ferro ou aço	US\$ 15 milhões	US\$ 23 milhões	53%
Produtos cerâmicos	US\$ 11 milhões	US\$ 19 milhões	73%
Fumo e sucedâneos	US\$ 6 milhões	US\$ 22 milhões	266%
Calçados e partes	US\$ 9 milhões	US\$ 19 milhões	111%
Veíc. Automóveis e partes	US\$ 36 milhões	US\$ 41 milhões	14%

Fonte: MERCOSUL (2003).

No campo de produtos importados pelo Brasil, vindos do Paraguai, contrariamente ao decréscimo observado de 1990 até 1999, alguns produtos tiveram aumento em suas aquisições, tais como:

**TABELA 14: PRODUTOS IMPORTADOS DO PARAGUAI DE 1990 A 2000 E RESPECTIVOS CRESCIMENTOS (VALOR FOB)**

Produto	Importações anuais no início da década	Importações anuais no final da década	Crescimento percentual
Sementes e frutos oleaginosos	US\$ 11 milhões	US\$ 83 milhões	655%
Gorduras e óleos vegetais	1 milhão	US\$ 32 milhões	3100%
cereais	US\$ 642 mil	US\$ 17 milhões	2733%
Animais vivos	US\$ 5 milhões	US\$ 10 milhões	100%
algodão	US\$ 131 milhões	US\$ 71 milhões	46%
Carnes e miudezas comestíveis	US\$ 122 milhões	US\$ 11 milhões	91%
Madeira e obras de madeiras	US\$31 milhões	US\$ 8 milhões	74%

Fonte: MERCOSUL (2003)

Seguindo a mesma tendência de todo o comércio exterior no período de 1990-1999, observa-se na tabela 13, que o comércio brasileiro com o Paraguai teve um aumento significativo em seus números de exportações. Alguns produtos como Papel e carvão, fumo e sucedâneos e adubos e fertilizantes tiveram um crescimento percentual de 308%, 266% e 210% respectivamente. As exportações brasileiras para o Paraguai em 2003 apresentaram queda quando comparadas ao ano de 1999, 707 milhões e 744 milhões respectivamente, segundo a tabela 03. Observa-se uma redução, porém esse valor é superior ao ano de 2002, que apresentava 558 milhões de dólares.

No campo de produtos importados pelo Brasil, vindos do Paraguai, contrariamente ao decréscimo observado de 1990 até 1999, alguns produtos tiveram aumento em suas aquisições, como por exemplo, os cereais que cresceram 2.733% e gorduras e óleos vegetais que tiveram um crescimento significativo de 3.100%, conforme visto na tabela 14. Ainda nessa tabela, observamos a redução citada anteriormente nos seguintes produtos: algodão de US\$ 131 milhões para US\$ 71 milhões, carnes e miudezas de US\$ 122 milhões para US\$ 11 milhões e de madeira e obras de madeira de US\$ 31 milhões para US\$ 8 milhões.

## CONCLUSÃO

Ao longo dos últimos anos, as relações econômicas entre os países vêm se intensificando. A nova realidade econômica tem como característica fundamental a interdependência entre as nações. Assim, devido a essa interdependência, as relações entre os países se acentuaram e o interesse de entender o novo cenário internacional e suas conseqüências evidencia a importância de realizar um estudo sobre as exportações e quais são as variáveis que as influenciam.

Alguns economistas consideram o livre comércio a maneira mais eficaz das relações entre os países. Porém, outros economistas argumentam que há falhas no mercado, justificando o protecionismo em defesa daqueles países que podem ser prejudicados com o livre comércio. No campo da economia aplicada, por outro lado, com vistas a fazer face à concorrência estrangeira garantindo proteção ao produto nacional, os governos adotam estratégias comerciais que os protegem dos produtos importados.

De forma geral, o comércio mutuo é benéfico. Sob esse aspecto, os países têm vantagens em exportar os bens que produzem relativamente bem e importar bens em que não são eficientes ou que não tem as condições necessárias para produzir internamente.

O atual cenário econômico é marcado pela forte integração regional e sugere um aumento expressivo das exportações através da participação dos blocos econômicos. Observou-se a nítida tendência de formação de blocos regionais, como é o caso do Mercosul, uma estratégia mais ampla de abertura comercial no Sul e de integração regional no atual cenário econômico internacional. Ele representa a criação de uma zona de livre comercio entre seus quatro países membros e uma união aduaneira, aplicando uma tarifa externa comum para produtos oriundos de terceiros países. Assim, os países estão cada vez mais interligados entre si. Os resultados obtidos dão a exata noção do que este mercado representa para cada um dos países membros. Apesar das crises enfrentadas em seu caminho, o saldo é positivo tendo em vista as conquistas obtidas através da intensificação do comércio entre seus parceiros.

Porém o caminho ainda é longo para atingir um mercado comum, mas os avanços são extremamente perceptíveis. É evidente os benefícios e vantagens do

Mercosul para os países membros. Através da integração, os países buscam conquistar ganho de escala, de qualidade e de competitividade. Vale ressaltar que se não houvesse integração esses países poderiam ficar isolados, e arriscariam seus produtos de perder competitividade no mercado internacional, pois poderiam ser substituídos por produtos de outros países.

O Mercosul desempenha papel fundamental na América Latina e no cenário econômico mundial. Seu desempenho é devido a integração dos seus países membros e seu desempenho dependerá tanto das relações entre estes países como do Mercosul perante o resto do mundo.

Já se tornou comum dizer que o Brasil passou por profundas modificações nesta última década. A década de 90 se mostrou como um marco na história, repleto de transformações importantes para a economia brasileira. A formação do Mercosul propiciou e facilitou a entrada de produtos importados no país, assim como impulsionou as exportações.

Com o Mercosul, o comércio brasileiro se expandiu. Podemos verificar esses resultados em nossas análises realizadas. O impacto do Mercosul pode ser percebido pelo incremento das exportações e importações do Brasil. O comércio entre Brasil e seus parceiros se fortificou aumentando suas relações internacionais. A criação e desenvolvimento do Mercosul durante a década de 90 passou por fases, que foram afetadas pelas crises internas dos países membros, particularmente Argentina e Brasil e isto demonstra que o sucesso da integração do Mercosul não depende apenas do sucesso da integração entre os países, mas depende também da estabilidade econômica interna dos países membros.

Brasil e Argentina são os países que mais movimentam o comércio intra-regional. A estabilidade do desenvolvimento do Mercosul praticamente depende dos dois maiores parceiros. Criou-se um alto grau de interdependência entre esses países. Porém o desempenho do Mercosul seria ainda melhor se não fosse a crise enfrentada pela Argentina, fato que reduziu sensivelmente tanto as exportações como as importações, e portanto o comércio intra-regional. Dessa forma vemos que podem ser identificados benefícios e fragilidades no Mercosul, vinculados às políticas econômicas e ao desempenho de seus maiores países membros, o que comprova a dependência da integração com relação a esses dois países. Se uma crise abala um dos dois países, conseqüentemente o comércio do Mercosul se reduz

em virtude dessa interdependência, o que confirma a importância desses dois países no contexto da integração.

As perspectivas estão melhorando. O ano de 2003 já apresenta dados melhores que de 2002, pois tanto as exportações como as importações aumentaram, uma vez que o equilíbrio e a estabilidade nas relações exteriores do país estão sendo retomados. Uma economia em ascensão permite um caminho de melhorias nas relações exteriores do Brasil e o Mercosul tem se mostrado uma ferramenta crucial para obter êxito na economia internacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, L. O.; MERCADANTE, A. A.; CASELLA, P. B. **Mercosul: das negociações à implantação.** São Paulo: LTr, 1994.

BEHRENDTS, F. L. **Comércio Exterior: o mais completo manual, que conduzirá sua empresa a uma segura fonte geradora de lucros.** 2ª edição. Porto Alegre: Ortiz, 1994.

BRANDÃO, A. S. P.; PEREIRA, L. V. **Mercosul, perspectivas da integração.** 3ª edição. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CASELLA, P. B. **Mercosul, exigências e perspectivas: integração e consolidação do espaço econômico (1995 – 2001 – 2006).** São Paulo: LTr, 1996.

FIGUEIRAS, M. S. **Mercosul no contexto latino-americano.** 2ª edição. São Paulo: Atlas, 1996.

GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. **A Economia Brasileira nos anos 90.** Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

GOMES, S. D. **Projeto Brasil Mercosul.** Canoas: ULBRA, 1997

GRIECO, F. da A. **O Brasil e o Comercio Internacional.** São Paulo: Edições aduaneiras, 1994.

KUNZLER, J. P. e MACIEL, C. **Mercosul e o mercado internacional.** Porto Alegre: Ortiz, 1995.

MEDEIROS, M. de A. **A hegemonia brasileira no Mercosul.** In **O mercosul no limiar do Século XXI** São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, F. A. M. de **Globalização, Regionalização e Nacionalismo**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

RATTI, B. **Comércio Internacional e Câmbio**. 9.ed. São Paulo: Aduaneira, 1997.

SALAZAR, A.; BRANDÃO P. e PEREIRA, L. V. **Mercosul: perspectivas da integração**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas 1997.

SALVATORI, D. **Economia Internacional**. Rio de Janeiro: LTC 1998.

SOARES, E. B. **Mercosul: Desenvolvimento histórico**. São Paulo: Editora Oliveira Mendes, 1997.

STIGLITZ, J. **A globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais**. São Paulo: Futura, 2002.

INTERNET:

BANCO CENTRAL DO BRASIL <[www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)> Acesso em 02/02/2004.

IPEA **Instituto de pesquisa Econômica Aplicada** disponível em <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)> Acesso em 13/11/2003.

MARTINS, C. E. **Origem e características do mercosul: vulnerabilidade externa de suas principais economias e perspectivas de uma integração latino-americana soberana**. Disponível em <<http://www.redem.buap.mx/acrobat/martins6.pdf>> Acesso em 05/12/2003.

MDIC **Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior** Disponível em <[www.mdic.gov.br](http://www.mdic.gov.br)> Acesso em 13/11/2003.

**MDIC Desenvolvimento** Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>  
Acesso em 16/01/2004.

**MERCOSU Evolução do comércio Brasil – Mercosul** disponível em:  
<<http://www.mercosul.gov.br/textos/default.asp?Key=49>> Acesso em 25/11/2003.

**MOREIRA, S.V. Aspectos microeconômicos do Mercosul:** Uma abordagem sobre o desempenho das empresas brasileiras. Disponível em < [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br) >. Acesso em 03/02/2004.